



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

CONTRATO ADMINISTRATIVO 026/2026

CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO E A EMPRESA RANZOLIN & MORELLO POCOS ARTESIANOS LTDA.

Pelo presente **CONTRATO**, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO**, por seu **PREFEITO MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 94.704.020/0001-97, sita à Av. Jorge Muller nº 1075, Centro, nesta Cidade, aqui representado pelo Sr. Prefeito Municipal, **VILSON ALTMANN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **RANZOLIN & MORELLO POCOS ARTESIANOS LTDA**, com sede na cidade de Sananduva/RS, sito á ROD RS 343, KM 1 Bairro interior portadora do CNPJ nº 40.821.797/0001-02, neste ato representada por seu representante legal, a Sra. MICHELI MORELLO - Sócio/Administrador - CPF 010.313.460-31, RG 9082486219, doravante denominado de **CONTRATADO**, entre si, como justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: *O regime jurídico do contrato* – O regime jurídico do presente contrato é o da Lei Federal 14.133/2021, observando-se todos os dispositivos do ato convocatório do Processo Administrativo 020/2026, Pregão Eletrônico nº 006/2026, como vigentes, e aplicando-se subsidiariamente o disposto no Artigo 565 do Código Civil.

CLÁUSULA SEGUNDA: *Do objeto* — contratação de empresa especializada para a perfuração de um poço tubular profundo para o Município de Santo Antônio do Planalto/RS.

Item	Especificação	Quantidade	Valor unitário	Valor Total	Marca
1	Prestação de serviço em perfuração de um poço, conforme termo de referência e projeto básico em anexo, utilizado no procedimento licitatório para a contratação da empresa para perfuração de poço nas seguintes descrições; Anuência prévia perfuração, deslocamento e assentamento do equipamento, montagem do canteiro de obras, placa da obra, perfuração tubular profundo 6.1/8", reabertura tubular profunda 12", revestimento geomecânico 6.1/2",	1 UN	64.899,00	64.899,00	

“É Bom Viver Aqui”

Av. Jorge Müller, 1.075, CEP 99.525-000, CNPJ: 94.704.020/0001-97 Fone: (54) 3377 1800 – E-mail: administracao@santoantoniodoplanalto.rs.gov.br
Salve uma vida: doe sangue, doe órgãos e diga não às drogas - Lei Municipal nº 1.093/2011.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

vedação sanitária, selo sanitário, limpeza final e desinfecção do poço, tampa proteção do poço, bomba submersa fabricação nacional para 5.000 l/h em 160 mca monofásica, quadro de comando, cabo flexível de 3x16 mm, cano galvanizado de 1.1/4", luva galvanizada de 1.1/4", nipel galvanizado de 1.1/4", curva galvanizada de 1.1/4", união galvanizada de 1.1/4", bucha redução de 1.1/2 - 1.1/4", serviço de instalação, hidrômetro 10m3 hora, cercamento padrão drh, tubo de monitoramento, análise de água padrão outorga, teste vazão 24 horas (planilhas e cálculos)(com gerador se necessário), dosador de cloro, encaminhamento outorga (honorários, CREA, taxas, acompanhamento do processo) Para Execução dos Serviços conforme termo de referência e projeto básico em anexo, utilizado no procedimento licitatório para a contratação da empresa para perfuração de poço conforme manual técnico de perfuração de poço tubular profundo do programa AVANÇAR POÇOS NA AGRICULTURA, executando de acordo com o Plano de Trabalho aprovado entre as partes do convênio nº1809/2023.do programa AVANÇAR POÇOS NA AGRICULTURA.				
---	--	--	--	--

Total do fornecedor: 64.899,00

CLÁUSULA TERCEIRA — *do preço e condições de pagamento* — O pagamento será realizado após a execução total do serviço, com emissão de nota fiscal no qual deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do contrato.

3.1 Para o faturamento deverá ser apresentado a Nota Fiscal, com discriminação dos serviços executados; período da execução e número da licitação, número do processo licitatório e número do contrato.

3.2. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA/IBGE do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

CLÁUSULA QUARTA – *da vigência do contrato* – o presente contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA — *garantia* — O CONTRATADO garante todos os produtos integrantes do objeto, em consonância com a legislação pertinente, em especial que rege este contrato e o Código de Defesa do Consumidor.

“É Bom Viver Aqui”

Av. Jorge Müller, 1.075, CEP 99.525-000, CNPJ: 94.704.020/0001-97 Fone: (54) 3377 1800 – E-mail: administracao@santoantoniodoplanalto.rs.gov.br
Salve uma vida: doe sangue, doe órgãos e diga não às drogas - Lei Municipal nº 1.093/2011.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

Subcláusula única – O CONTRATADO é responsável pelas perdas e danos que causar ao CONTRATANTE, em decorrência da má prestação de serviços que vierem a causar prejuízo a Administração.

CLÁUSULA SEXTA — *da rescisão e sanções administrativas* – independentemente das sanções penais cabíveis, da indenização por perdas e danos, e da possibilidade de rescisão, o CONTRATANTE no caso de inexecução total ou parcial do futuro contrato, na forma da lei régia, poderá ao seu critério, aplicar as seguintes sanções cumuladas ou não com outras previstas no mesmo diploma legal:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo de até dois anos;
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei.

Subcláusula única — A aplicação das sanções dos itens “b” ou “c”, ou ambas, importam em rescisão automática e obrigatória deste contrato; a aplicação da sanção prevista no item “a” e a consequente rescisão contratual, ficará adstrita a critério do LOCADOR, e à sua livre opção.

CLÁUSULA SÉTIMA – *das obrigações e responsabilidades das partes* – serão obrigações das partes na execução do contrato:

I — da CONTRATADA:

a) Prestar os serviços nas condições e formas previstas no presente Edital, junto a Unidade Básica de Saúde, além de executar o objeto ora licitado de acordo com as especificações do Edital, em seus anexos e de acordo com a proposta de preços;

b) Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada para o gestor do contrato, se algum documento perder a validade no curso do contrato;

c) Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados ou terceiros em razão de acidentes por ação ou omissão dolosa ou culposa de prepostos da Contratada ou de quem em seu nome agir, vindo a responder ainda pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas previstas em Contrato;

d) Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto pactuado inclusive mão de obra, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e fiscais, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes da execução dos serviços, isentando o Contratante de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

e) Manter-se durante toda a vigência do Contrato resultante do presente Pregão Eletrônico, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação em conformidade com a Lei 14.133 e suas alterações posteriores.

f) Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pelo gestor do

“É Bom Viver Aqui”



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

contrato, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatados pela fiscalização dos serviços;

g) Assumir todas as despesas e providências necessárias à manutenção da legalização e ao funcionamento da atividade deste ajuste (licenças, alvarás, autorizações, etc.), devendo entregar cópia dos documentos ao Município;

h) Responder pelos danos e/ou prejuízos causados ao Contratante seja por omissão ou em decorrência da execução por seus funcionários e/ou prepostos, ou ainda, decorrentes de atividades desvinculadas das atribuições previstas no Edital;

i) Cumprir rigorosamente com as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados, assumindo de forma exclusiva todos os ônus advindos da relação empregatícia, sem responsabilidade solidária do Município em nenhuma hipótese;

j) Fornecer suporte técnico às atividades, objeto do presente contrato, com pessoal de seus quadros devidamente qualificados; e,

l) Garantir, manter e melhorar a qualidade dos serviços prestados ao Município de maneira competitiva no mercado.

I – do CONTRATANTE:

a) Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelos empregados da CONTRATADA.

c) Notificar a contratada qualquer irregularidade encontrada no serviço entregue.

d) Supervisionar e fiscalizar a entrega do serviço, de acordo com o que estabelece o edital e seus anexos.

e) Informar a CONTRATADA sobre o local a ser entregue o serviço.

f) Efetuar os devidos pagamentos à CONTRATADA, mediante apresentação da devida Nota

Fiscal acompanhada dos documentos de regularidade fiscal, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas no Edital e seus anexos.

g) Receber provisoriamente o serviço mediante regular aferição.

h) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes do edital e contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

i) Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades encontradas no serviço entregue para que seja substituído.

j) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço, que venham a ser solicitados pelo fornecedor.

k) Assegurar-se da boa qualidade do serviço entregue.

l) Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço contratado, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do serviço adquirido e o seu aceite.

“É Bom Viver Aqui”



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Santo Antônio do Planalto

Emancipado em 20 de março de 1992

m) Aplicar a Adjudicatária as sanções regulamentares e contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – da subcontratação - É vedada a subcontratação parcial ou total dos serviços.

CLÁUSULA NONA — *das omissões* - Eventuais omissões serão sanadas pela aplicação dos princípios contratuais de direito administrativo e pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação vigente e aplicável a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA — *dos encargos decorrentes da execução do contrato* - A CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 121 e § 1º, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — *da comunicação entre as partes*
- A comunicação entre as partes será escrita.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os recursos necessários para atender às despesas decorrentes desta contratação, estão alocados no Orçamento Geral do CONTRATANTE, na seguinte rubrica orçamentária:

0803.20.512.0060.1015.44905100000000.1899.0.21172.9 OBRAS E INSTALAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – *do foro* – Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Carazinho, com renúncia expressa a qualquer outro mais privilegiado que seja.

De pleno acordo com o disposto neste instrumento de contrato, as partes o subscrevem na presença e juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, forma e valor.

Santo Antônio do Planalto/RS, 29 de abril de 2024.

CONTRATANTE
VILSON ALTMANN

Prefeito Municipal

CONTRATADO
RANZOLIN & MORELLO POCOS
ARTESIANOS LTDA

“É Bom Viver Aqui”

Av. Jorge Müller, 1.075, CEP 99.525-000, CNPJ: 94.704.020/0001-97 Fone: (54) 3377 1800 – E-mail: administracao@santoantoniodoplanalto.rs.gov.br
Salve uma vida: doe sangue, doe órgãos e diga não às drogas - Lei Municipal nº 1.093/2011.